

## AUTORIZAÇÃO DE CORTE

### Nº 242/2020

#### Identificação do Proprietário

CPF/CNPJ: 83.169.623/0001-10	Nº. CTF/IBAMA: 1206500
NOME: Município de Joinville	

#### Endereço

CEP: 89.221-901	LOGRADOURO: Avenida Hermann August Lepper	COMPLEMENTO: 10 -
BAIRRO: Saguaçu	MUNICÍPIO: JOINVILLE	TELEFONE: (47)34315022

#### Localização da Atividade

CEP: 89.237-002	LOGRADOURO: RUA XV DE NOVENBRO	COMPLEMENTO: S/N - ATÉ O RIO PIRAI - RIO ÁGUAS VERME
BAIRRO: Vila Nova	MUNICÍPIO: JOINVILLE	PROCESSO IMA: VEG/74436/CRN

#### Dados do Imóvel

UTM X 710.748	UTM Y 7.080.722	MATRÍCULA NO CRI: Lotes conforme FATMA 2280/2018
ÁREA TOTAL: 0,00 ha	ÁREA PRESERVAÇÃO PERMANENTE: 0,00 ha	RESERVA FLORESTAL LEGAL: 0,00 ha
ÁREA AUTORIZADA: 0,0000 ha	ÁREA REMANESCENTE: 0,00 ha	VOLUME DE LENHA: 0,00 st

#### Dados da AuC

FINALIDADE: Supressão de vegetação nativa em APP ao longo do Rio Águas Vermelhas para obra de dragagem e desassoreamento do rio.	
TIPO DE EXPLORAÇÃO: Supressão de vegetação nativa em área rural	VÁLIDA ATÉ: 28 de Abril de 2023

#### Matéria Prima a Ser Extraída

VOLUME TOTAL (toras especificado no verso) \ VOLUME LENHA: 0,00 m³ \ 0,00 st
CLASSIFICAÇÃO DA VEGETAÇÃO: Vegetação em APP em estágio médio de regeneração da Floresta Ombrófila Densa Aluvial e de Terras Baixas da Mata Atlântica.
ENQUADRAMENTO/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Lei Complementar nº 140/2011, Lei Federal nº 12.651/2012, Lei nº 11.428/2006, Decreto nº 5.975/2006, Resolução CONAMA nº 369/2006, Resolução CONSEMA nº 08/2012, Resolução CONSEMA nº 02/2011, Portaria MMA nº 443/2014, Portaria FATMA nº 309/2015, Instrução Normativa nº 23. / Responsável técnico: Bióloga Priscila de Lima Watanabe - CRBio 058288/03-D - ART nº 2017/02862.

#### Importante

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Este documento ou cópia deverá permanecer no local de sua autorização.</li> <li>• Deverão ser respeitadas as áreas de preservação permanente previstas em lei.</li> <li>• O técnico responsável pela elaboração do projeto deverá acompanhar periodicamente as atividades de supressão de vegetação.</li> <li>• Ao término das atividades encaminhar a IMA ou ao Município Conveniado o relatório técnico conclusivo das operações realizadas.</li> <li>• O transporte de produtos ou subprodutos florestais deverá ser acompanhado do respectivo DOF - Documento de Origem Florestal.</li> </ul>
--

#### Parecer Técnico

TÉCNICO ANALISTA / MATRÍCULA : KARINA BIANCA CHRIST (955.038-0)	PARECER TÉCNICO Nº: 3073/2016
--	----------------------------------



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:  
[http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/auc\\_numproc\\_form](http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/auc_numproc_form)  
 FCEI: 404719 CÓDIGO: 242/2020

## Condições Específicas

- a) O início da intervenção e supressão fica condicionado à apresentação de todas as matrículas dos imóveis atingidos pelas atividades propostas, além da anuência PRÉVIA do proprietário para a supressão e recuperação da faixa de APP relativa à nova largura do curso d'gua, antes do início de cada etapa de supressão da vegetação;
- b) Deverá apresentar os registros no CAR pendentes para os imóveis rurais em que haverá supressão, antes de sua execução;
- c) Definido o início da execução da supressão de vegetação, deverá informar o cronograma para possível acompanhamento por técnico deste órgão;
- d) Ao término da execução de cada uma das etapas de supressão deverá apresentar o relatório com registro fotográfico de acompanhamento e conclusão da execução da supressão de vegetação, acompanhado da respectiva ART;
- e) Apresentar relatório com registro fotográfico de acompanhamento e conclusão da execução do resgate de germoplasma, conforme avanço das etapas de supressão, acompanhado da ART;
- f) Após a execução das obras de desassoreamento, deverão ser recuperadas as APPs ao longo do trecho de intervenção, respeitando-se a largura definida na Lei nº 12.651/2012, conforme a largura do leito do rio e o tamanho do imóvel rural;
- g) O plantio das mudas da espécie ameaçada de extinção *Euterpe edulis*, referente à compensação na proporção 1:10 exigida pela Portaria FATMA nº 309/2015, deverá ser realizado junto à recuperação das APPs;
- h) Deverá apresentar anualmente, pelo período mínimo de 36 meses, relatório com registro fotográfico de acompanhamento e conclusão da execução da recuperação das APPs. A periodicidade e continuidade do monitoramento poderá ser revista em decorrência dos resultados apresentados;
- i) Não deverão ser utilizadas espécies exóticas invasoras (constantes da Resolução CONSEMA nº 08/2012) na recuperação da área, bem como sendo verificada a ocorrência de espécies exóticas invasoras na APP, estas deverão ser retiradas durante a execução do PRAD, sendo substituídas por espécies nativas;
- j) Ao término da execução da supressão ou da validade desta Autorização de Corte - AuC, deverá apresentar relatório com registro fotográfico de acompanhamento do afugentamento da fauna durante a supressão da vegetação e de monitoramento do Resgate da Fauna, caso necessário, acompanhado da ART.

## Condições de Validade / Observações

- 1) Na área de corte:
  - 1.1) Esta Autorização de Corte autoriza a supressão de vegetação nas margens do rio Águas Vermelhas, conforme delimitado em planta apresentada junto ao processo VEG/74436/CRN, no trecho compreendido em área rural;
  - 1.2) A supressão de vegetação corresponde a uma área de **52.801,17 m<sup>2</sup>** do Bioma Mata Atlântica localizada em APP do rio Águas Vermelhas;
  - 1.3) A volumetria de madeira restringe-se às informações constantes no inventário florestal, sendo de 2.948,377 st de lenha de espécies nativas;
  - 1.4) A área de supressão deverá seguir rigorosamente as plantas e coordenadas (UTM, SIRGAS 2000) apresentadas ao IMA;
  - 1.5) Os trabalhadores que realizarão o corte deverão estar cientes do local exato da área de corte, devendo ser orientados a não extrapolar para áreas não autorizadas. Um mapa com a localização deverá estar no local de supressão;
  - 1.6) O corte das árvores deverá ser feito de maneira a minimizar os impactos sobre os demais espécimes localizados no seu perímetro;
  - 1.7) Deverá ser colocada uma placa na área indicando: nome do requerente, número da autorização de corte e prazo de validade, área autorizada, responsável técnico pelo projeto e execução de corte com o número da ART. Nesta placa deverão constar os seguintes dizeres: "Denuncie crimes ambientais - [www.ouvidoria.sc.gov.br](http://www.ouvidoria.sc.gov.br) - 0800-6448500".
- 2) Da preservação:
  - 2.1) Os indivíduos epífitos, como bromélias e orquídeas, encontrados nas árvores objeto de corte deverão ser resgatados e implantados em fragmentos florestais próximos, sob acompanhamento de técnico habilitado;
  - 2.2) Inicialmente deverá ser realizada a delimitação da área de supressão e a limpeza do sub-bosque do terreno, efetivando o corte da vegetação herbácea, com objetivo de evasão de fauna local para áreas adjacentes;
  - 2.3) Deverão ser implementadas medidas de identificação de possíveis ninhos de fauna nativa, devendo ser imediatamente paralisada a supressão no perímetro até o fim do período de nidificação. O trabalho deve ser acompanhado por técnico habilitado;
  - 2.4) Caso necessário, deverá realizar o resgate da fauna que por ventura venha a ser encontrada durante os trabalhos de supressão da vegetação, sob acompanhamento de técnico habilitado;
  - 2.5) É vedado o uso de queimada dos resíduos vegetais para a limpeza da área;
  - 2.6) É vedado o depósito de material oriundo do corte da vegetação em cursos d'água;
  - 2.7) Deverá respeitar as áreas protegidas pela legislação ambiental como áreas de preservação permanente, incluindo nestas a faixa marginal de qualquer curso d'água ou nascente existente no terreno em atendimento a Lei Federal 12.651/2012, Resoluções do CONAMA e Lei Estadual 14675/2009.
- 3) Condições gerais:
  - 3.1) Esta Autorização de Corte somente tem validade acompanhada da respectiva Licença Ambiental de Instalação do empreendimento, emitida pelo IMA;
  - 3.2) Todo equipamento utilizado na retirada do material deverá estar licenciado perante os órgãos ambientais integrantes do SISNAMA. É de responsabilidade da empresa executora dos serviços o pleno atendimento da legislação ambiental em vigência;
  - 3.3) O abastecimento e manutenção dos equipamentos, máquinas e veículos utilizados deverão ser realizados em local apropriado;
  - 3.4) É obrigatório o acompanhamento e orientação da atividade de supressão de vegetação pelo profissional responsável pela execução do projeto de corte;
  - 3.5) Cópia da Autorização de Corte deverá permanecer no local durante a execução dos serviços;
  - 3.6) No caso de transporte de produtos ou subprodutos florestais, deverá ser acompanhado do respectivo DOF - Documento de Origem Florestal e nota fiscal;
  - 3.7) Observar as condicionantes da Licença Ambiental de Instalação;
  - 3.8) Esta autorização não dispensa e nem substitui alvarás, certidões ou licenças de qualquer natureza, exigidas pela Legislação vigente.